

TERESINA DOS ANOS DOURADOS AOS ANOS DE CHUMBO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO.

Laécio Barros Dias¹ - UFPI

A cidade é construída e reconstruída por homens, que agem como agentes modeladores e construtores deste espaço, defendendo interesses pessoais ou de grupo. O espaço da cidade é um espaço de conflitos políticos, culturais e sociais, e isto se reflete nas ruas, nos traços arquitetônicos e nas políticas públicas que são implementadas. A configuração dos espaços urbanos é vista como parte integrante do processo de sociabilidade e do processo histórico que costura as relações dos mais diversos tipos, e essas tramas borbulham em tempos de tensão, como foi o caso do conturbado período do regime militar.

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, sofreu uma série de intervenções estruturais entre as décadas de 1950 e 1970, visando a implementação de políticas que promovessem a modernização do seu espaço urbano. Na capital piauiense a modernização da cidade nos anos sessenta e, sobretudo na década de setenta se destacará pela intervenção do Estado através do processo de “limpeza” do centro urbano, com a construção dos primeiros conjuntos habitacionais e o deslocamento dos setores populares para regiões localizadas na periferia da cidade.²

A cidade de Teresina é considerada a capital do Meio Norte brasileiro e o processo de modernização ocorrido no seu espaço urbano nas décadas de sessenta e setenta do século passado não fugiu do modelo de modernização utilizado durante toda a República, qual seja, o da intervenção autoritária. Assim, tendo como suporte um discurso proferido pelos tecnocratas do regime militar, que priorizaram o desenvolvimento via construção de uma infraestrutura básica e de um parque industrial moderno, Teresina adquiriu ares de metrópole através de investimentos em sua estrutura física. A política econômica desenvolvida no pré-1964 de desenvolvimento regional acabou por colocar Teresina como o centro das atenções dos governantes com o objetivo claro de capacitá-la para ser a cidade referência do Sertão nordestino.

Adjacente às transformações estruturais, as repercussões se fizeram sentir também no seio das relações culturais e sociais. Não foi somente a paisagem física da cidade que mudou. As relações interpessoais adquiriram nova configuração diante da dinâmica da sociedade que emergia, e novos padrões de comportamento despontavam como que seguindo o ritmo das transformações espaciais. O embelezamento da cidade imprimiu um novo jeito de as pessoas viverem e se relacionarem com o espaço, a cidade moderna clamava por um homem moderno, e foi exatamente este o discurso difundido pelos militares nas décadas de 1960 e 1970.

Com o golpe militar de 1964, o ideal desenvolvimentista continuou como eixo diretor da ação estatal, porém, sustentado por um novo discurso, que apregoava sobre o desmantelamento da organização social. O novo regime se outorgava no direito de, em nome do progresso, promover quaisquer meios para atingi-lo, inclusive pelo uso da repressão, caso fosse necessário. Para Elio Gaspari a direita golpista de 1964 criou através do regime que se implantou “uma roda em que o planejamento do progresso se associava à necessidade de desmobilização da sociedade”.³ Progresso via planejamento, de acordo com os ideólogos do regime, só seria possível mediante o desmantelamento da organização da sociedade democrática. Assim, em nome do progresso, o Estado autoritário implantado em 1964 agiu em duas frentes. A primeira no controle da sociedade civil, no enquadramento das estruturas sociais respaldadas pelo ideário da Doutrina de Segurança Nacional. O segundo corresponde ao intervencionismo nos setores da economia nacional, notadamente em sua infra-estrutura.

No caso do Piauí, muito especialmente em Teresina, esse discurso desenvolvimentista se fez presente em dois momentos principais. O primeiro foi no governo Chagas Rodrigues (1959-1962), com a implantação de empresas de economia mista. O segundo momento foi no governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), quando o país vivenciava a euforia do “milagre econômico brasileiro”.

A disciplinarização do social e do espaço urbano fez parte desse processo de modernização da cidade, pois, como destacamos anteriormente, o desmantelamento da estrutura social foi posta como condição indispensável para que o progresso se instaurasse

no país. Levou-se em consideração a necessidade da racionalidade do planejamento, a redução dos espaços de ação de setores populares, a representação política e a instauração da repressão sistemática.

Felipe Mendes avalia que a economia do Piauí viveu no início da segunda metade do século XX, uma de suas piores crises:

Chegara ao fim o ciclo do extrativismo vegetal associado ao comércio exterior, atividades que proporcionaram, desde o fim do século XIX, um período de prosperidade singular na história do Estado. Infelizmente, a riqueza produzida não beneficiou a maioria da população, resultando em maior nível de concentração de renda e, conseqüentemente, de poder político nas mãos dos proprietários de terra, habitualmente interessados na manutenção do *status quo*.⁴

Em 1950, conforme censo demográfico, a população do Piauí era de 1.046.696 habitantes, sendo que 84% dela residiam na zona rural, portanto, apenas 16% moravam nas cidades. Teresina naquela oportunidade contava com uma população de 90.723 habitantes, o que representava aproximadamente 9% da população total do Estado. O descompasso gerado entre a crise do extrativismo vegetal e o grande contingente populacional no campo, fez com que ocorresse um inchaço populacional na capital do Piauí. O resultado imediato dessa tendência migratória foi a formação de focos de favelas em torno da cidade, uma vez que a população pobre de origem camponesa não dispunha de condições para construir moradias adequadas.⁵

Em meados dos anos cinqüenta, por iniciativa do governo do Estado, deu-se início a uma tentativa de modernização da máquina administrativa com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), objetivando, entre outras coisas, elaborar planos de longo prazo para a administração estadual, visando especialmente à aplicação de capital. Na cidade litorânea de Parnaíba, onde ocorria um processo de perda de poderio econômico, foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) em 1954, com a pretensão de reestruturar a indústria e contornar a situação de crise que assolava o norte do Estado. No final da mesma década e início da seguinte, o setor público sofreu intervenção no sentido de adequar-se à nova realidade do país e do Nordeste. Naquela oportunidade foram criadas algumas empresas estatais que tinham como objetivo, o desenvolvimento de que carecia o

Piauí. Assim, foram constituídas seis empresas de economia mista, a saber: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962.

Embora o Piauí tenha se inserido na nova ordem econômica nacional de base industrial a partir dos anos de 1950, Felipe Mendes acredita que este processo de inserção não logrou pleno desenvolvimento para o estado. Isto se deveu, sobretudo, à falta de um pólo industrial que fosse capaz de competir com os demais centros do país, que à época já dispunham de infra-estrutura que contemplava a demanda de crescimento da economia. “A incorporação à economia brasileira, iniciada na década de 1950, impôs ao Piauí [...] o desmantelamento de sua pequena base industrial provocada pela chegada dos produtos fabricados em São Paulo e, mais tarde, com os incentivos da SUDENE, também das indústrias do nordeste”.⁶

A retórica estatal direcionou seu discurso para a construção da idéia de que era preciso desenvolver o país a qualquer custo. A euforia do chamado “milagre econômico brasileiro” representou bem essa tomada de posicionamento do novo regime. Assim, os eixos da política governamentais para a economia basearam-se na promoção do desenvolvimento de “potências da técnica e da racionalidade administrativa como as panacéias capazes de recuperar o atraso do país”.⁷ Com isso as ações direcionaram-se na realização de reformas administrativas que foram capazes de racionalizar a intervenção do Estado, mediante um discurso ordenador, disciplinador e autoritário. Nesse contexto, o espaço urbano teresinense sofreu diversas intervenções procurando sem enquadramento nas novas diretrizes do regime recém-instalado.

O projeto de modernização proposto pelo governo federal serviu de modelo para políticas públicas dos governadores do Piauí, notadamente na estruturação de órgãos administrativos e na criação de empresas estatais e de empresas de economia mista. A partir da década de 1950, com o crescimento populacional, Teresina necessitará de planejamento

do seu espaço urbano. A cidade nasceu para ser a capital da Província, e desde então se transformou em pólo de atração de pessoas que deixavam os estados vizinhos ou vinham do interior do próprio estado.

De acordo Francisco Alcides do Nascimento o processo de modernização da cidade de Teresina no período do Estado Novo deu-se de forma autoritária, como aconteceu em outros estados brasileiros, na mesma época.⁸ Com o advento da Ditadura Vargas (1937-1945), surgiu a necessidade de um acelerado processo de modernização das principais cidades brasileiras e das capitais dos estados. Tal necessidade nasceu com a *República Nova* e a implementação de uma política que não pretendia ser identificada com o passado. O novo significava a modernização do espaço urbano das cidades. Repleta de casas de palha, Teresina não poderia representar a modernidade. Dá-se início, segundo Nascimento, a um processo de “limpeza do espaço urbano”, incêndios criminosos destruíam as casas de palha e empurravam os moradores para fora do perímetro urbano da cidade. A modernização da cidade de Teresina no início do século aconteceu a partir da exclusão da população pobre, não destoando, pois, das demais cidades brasileiras que passaram por esse processo.

A década de 1950 é considerada um “divisor de águas” no que diz respeito às transformações no espaço urbano de Teresina. Para Lima “o processo de urbanização de Teresina só toma impulso definitivo a partir da década de 1950”.⁹ quando ocorreu a migração de camponeses expulsos do meio rural em virtude da crise do modelo agro-exportador baseado no extrativismo vegetal. Segundo Antônio Cardoso Façanha, “a urbanização no Piauí ganhou, a partir de 1950 uma nova dinâmica. A conjuntura nacional e regional, que estava se implementando naquele momento, iria contribuir para que ocorresse o desenvolvimento do Estado, consolidando a cidade de Teresina como a principal cidade do Estado”.¹⁰ A crise do modelo extrativista voltado para exportação, redirecionou a urbanização no Piauí.

A década de 1950 marcou o início da alteração na relação entre a zona rural e a zona urbana no Piauí, pois foi a partir desta data que a concentração populacional na cidade passa a ser majoritária em relação ao campo. Já em 1950, no município de Teresina, a população

da zona urbana superava a população da zona rural, e ao nível de estado a situação só veio a se firmar nas décadas de 1980, chegando a 53% o índice de urbanização da população piauiense em 1990, tendo evoluído de 32% em 1970. Porém, no caso de Teresina, Lima afirma que, “os maiores investimentos governamentais nas décadas de 50 e 60, concentravam-se na parte sul da cidade, destacando-se como prioridade os serviços de infraestrutura: instalação de abastecimento d’água, energia elétrica, abertura de vias e pavimentação de ruas principais”.¹¹ A autora ressalta ainda que apesar de esses serviços contribuírem para um novo formato do espaço urbano de Teresina, essas políticas públicas eram implementadas de maneira a supervalorizar grandes propriedades, beneficiando apenas determinados segmentos da sociedade.

Para Façanha: “a partir de 1964, o Governo Federal, amparado pelo regime militar que se instalara no país, criou vários instrumentos de intervenção na cidade, elaborando propostas que visavam um maior planejamento urbano a ser executados pelas cidades”.¹² Assim, foram criados o BNH – Banco Nacional de Habitação, SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, ambos em 1964. Em Teresina o primeiro Plano Diretor Local Integrado (PDLI), foi confeccionado em 1969, seguido da criação do escritório da Companhia de Habitação (COHAB) no Piauí, responsável pelo financiamento e promoção imobiliária.

As casas construídas para uma população de baixa renda e afastadas do perímetro urbano da cidade eram tidas como a solução para o problema urbano de Teresina: a “nova limpeza” da cidade oferecia casas à população pobre, acabando com focos de favelas em bairros centrais, por fim valorizando o espaço urbano da cidade. Com relação ao processo de favelização Lima afirma:

Teresina, até meados da década de 70, não se configurou como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado ‘o processo de favelização propriamente dito’, o qual somente adquiria visibilidade em fins dessa década ampliando-se nos anos subseqüentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora ficasse circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos.¹³

Porém, essa política habitacional restringiu-se aos primeiros anos do regime militar e não teve êxito no Piauí, uma vez que foi executada para viabilizar a aceitação do regime entre os seguimentos de baixa renda, além do que se mostrou incapaz de dar sustentabilidade ao plano, pois devido à inadimplência dos primeiros mutuários dos conjuntos habitacionais foi inviabilizada a continuidade do projeto de habitação popular.

No Governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975) a cidade de Teresina sofreu profundas mudanças estruturais devido aos altos índices de crescimento econômico porque passava o país, trazendo ao Estado, em particular, à capital uma grande quantidade de obras financiadas graças aos recursos oriundos do “milagre econômico brasileiro”, transformando a cidade e dando a ela ares de metrópole. Foram construídos: o “Albertão” (estádio de futebol), o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas – HDIC e o Pólo Petroquímico de Teresina. Também foram alocados recursos para a construção de estradas, como é o caso da chamada “Transpiauí” que liga Teresina a Brasília, pelo interior, cortando o sul do Estado, de Floriano à Corrente. Na capital, avenidas foram asfaltadas, como foi o caso da Avenida Miguel Rosa e da Avenida Frei Serafim, esta última recebendo iluminação especial.

A partir de 1975, no governo Dirceu Mendes Arcoverde procurou-se uma solução para a problemática das favelas. Para Lima:

Com a implantação do BNH – Banco Nacional de Habitação-, a política do governo frente à questão da favela passou a basear-se na remoção sumária e imediata inserção das famílias no Sistema Financeiro de Habitação. A postura dos governadores estaduais nas grandes cidades orientava-se pela remoção, o que era parte de um processo mais amplo de reorganização do espaço urbano, numa perspectiva de valorização da terra urbana e da acumulação capitalista. A desocupação de áreas faveladas movia-se sobre a lógica do capital imobiliário, de impor certos padrões de segregação sócio-espacial.¹⁴

Até 1979, no Piauí, a política habitacional visava apenas remover os favelados, como já havia acontecido nas décadas de 1930 e 1940 com os moradores das casas de palhas, à época sob a presença do Estado Novo.

Podemos perceber que a urbanização e modernização da cidade de Teresina, durante o regime militar tiveram três momentos significativos: primeiramente tentando

aplicar políticas públicas, com relação à questão urbana, construindo casas para a população de baixa renda, a fim de evitar conflitos e, nesse sentido, legitimar o regime nas classes populares. O segundo momento, com o “Milagre Econômico Brasileiro”, Teresina vai passar por um momento de modernização do espaço urbano com a construção de grandes obras e, por fim, com a intensificação do surgimento das favelas há uma retomada da preocupação da questão habitacional, no sentido de não afetar o espaço urbano da cidade. É nesse período que há maior número de construções de conjuntos habitacionais.

NOTAS:

1. Graduando em História na Universidade Federal do Piauí-UFPI. Pesquisador do PIBIC - CNPq.
2. LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina. EDUFPI. 1996. p.,29.
3. GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p., 213.
4. MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2003. p.,177.
5. LIMA. Op. Cit., p.,61.
6. MENDES, Op. Cit., p.180.
7. Ibid., p.220.
8. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade Sob o Fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002. p., 178.
9. LIMA. Op. Cit., p., 20.
10. FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A Revolução Urbana de Teresina**. Agentes, processo e formas espaciais da cidade. Tese de mestrado – UFPE. Recife. 1998. p.,63.
11. LIMA. Op. Cit., p.,21.
12. FAÇANHA. Op. Cit., p.128.
13. LIMA. Op. Cit., p.,47.
14. Ibid., p.44.